



SESSÃO TEMÁTICA 06 - PROCESSOS DE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

OS EFEITOS DO MONOPÓLIO CORPORATIVISTA: NECROPOLÍTICA, PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Nicole de Souza Wojcichoski/UFRGS
Victória Mendonça da Silva/UFRGS
Julice Salvagni/UFRGS

Resumo:

A produção de alimentos no Brasil, especialmente através da agroindústria, é marcada pela concentração de controle, danos ambientais, necropolítica, trabalho análogo ao escravo e é responsável por uma série de prejuízos à saúde humana. Com isso, este trabalho busca compreender a produção e o consumo de alimentos no país sob o controle das corporações agroindustriais, traçando correlações das inferências desse modelo sociopolítico e econômico à vida em sociedade. O aumento expressivo do uso de agrotóxicos na produção de alimentos (SANTOS e GLASS, 2018), legalizado através da articulação política feita no Congresso Nacional com grande influência da Frente Parlamentar Agropecuária (SIMIONATTO e COSTA, 2012), é uma das características marcantes desse modelo produtivo cujo foco é apenas o lucro. Como resultado, há, entre outras coisas, a degradação ambiental crescente no país (SAMBUICHI et al., 2012), danos à integridade física das pessoas que trabalham na produção desses alimentos e malefícios à saúde da população que os consome (SANTOS e GLASS, 2018). Ainda, condições degradantes de trabalho e exploração intensa do trabalhador marcam as atividades realizadas pela agroindústria (HARVEY, 2005), situações que foram facilitadas a partir da reforma trabalhista ocorrida em 2017 (SAKAMOTO, 2018). Blocos regionais formam a rede capitalista que facilita a permanência da acumulação privada de riqueza, compactuando ainda mais para o

interesse dos capitalistas. Estes possuem, em grande parte das vezes, características monopolistas de produção, o que gera um desenvolvimento geográfico irregular que aumenta as desigualdades. A complexidade desse sistema, suas nuances e camadas não tão visíveis devem ser evidenciadas para que se reduza os danos do seu controle hegemônico entre os países, das corporações sobre o pequeno produtor e na relação nociva criada entre esse sistema, o meio ambiente e a vida humana.

Palavras-chave: Agroindústria. Agronegócio. Indústria Alimentar. Necropolítica.

INTRODUÇÃO

A fome é um dos principais problemas enfrentados no mundo atualmente: em 2019 estimava-se que 26,4% da população mundial – cerca de 2 bilhões de pessoas – encontravam-se em níveis moderados ou graves de insegurança alimentar (SILVA, 2019). Apesar disto, não é possível afirmar que as causas desta situação estejam relacionadas à capacidade produtiva mundial, dado que “existem recursos agrícolas o suficiente sobrando em determinadas partes do mundo” (SILVA, 2019, p. 21). A insegurança alimentar e nutricional manifesta-se pelos quadros de desnutrição e de “agravos decorrentes de carências nutricionais” (PINHEIRO, CARVALHO, 2010, p. 126), como as doenças crônicas não transmissíveis. Há, inclusive, relação entre ambos os casos, pois pessoas que tiveram desnutrição na infância possuem mais risco de desenvolverem obesidade na fase adulta.

Na economia de mercado – vigente no modelo econômico neoliberal – os alimentos são vistos como mercadorias, sendo negociados como tal (PINHEIRO, CARVALHO, 2010). Com isso, a alimentação tornou-se um produto como qualquer outro, comercializado ao redor do mundo com o objetivo principal da obtenção de lucro, mesmo sendo essencial para a sobrevivência de todos os seres humanos. Tal imprescindibilidade dos alimentos na vida de qualquer pessoa é vista pelas corporações como uma importante oportunidade de negócio. Diante disto, a alimentação no Brasil é, do campo à mesa, uma das áreas com maior controle na mão de poucos: enquanto 50 fabricantes eram responsáveis por metade das vendas globais de alimentos em 2018 (BARTZ, 2018), 51,19% das terras agrícolas eram controladas por 1% dos proprietários rurais (BASSI, 2018). Estima-se que até 70% dos alimentos consumidos no país por uma família sejam produzidos por dez empresas (BARTZ, 2018). A nível mundial, um quarto dos recursos produtivos são controlados por duzentas sociedades do ramo agroalimentar, e apenas dez empresas controlam um terço do mercado de sementes e 80% do mercado de pesticidas (SILVA, 2019, p. 41).

Essa concentração de controle por poucas corporações permite que caiba a elas as principais decisões acerca da alimentação mundial e das condições produtivas, que influenciam diretamente o meio ambiente, a distribuição de alimentos e o trabalho humano. Apesar do alto número de pessoas em situação de insegurança alimentar pela falta ou insuficiência de acesso à alimentação adequada, as doenças crônicas não transmissíveis, relacionadas ao consumo desequilibrado de alimentos e nutrientes, estão entre as principais causas de morte no mundo (AZEVEDO, 2008). Uma vez que essas condições de saúde ocorrem enquanto grande parte da alimentação mundial é controlada por algumas empresas, entende-se que o fornecimento de alimentos no modelo atual não provê os requisitos necessários para que a população mundial se

mantenha plenamente saudável. Além disso, os prejuízos ambientais das atividades agroindustriais são relevantes. A atividade que mais ocupa espaço no território brasileiro é a criação de gado bovino (SCHESINGER, 2015), e as principais atividades emissoras de gases do efeito estufa estão relacionadas ao setor agropecuário, sendo o desmatamento a principal delas. O uso de fertilizantes no solo e a liberação de metano que ocorre no processo digestivo do gado de corte também possuem um impacto relevante nessa emissão (SAMBUICHI et al., 2012).

Assim, este estudo busca compreender a produção e o consumo de alimentos no Brasil sob o controle das corporações agroindustriais, correlacionando as interferências desse modelo sociopolítico e econômico à vida em sociedade. Trazer ao debate a complexidade desse sistema capitalista, seu controle soberano e seus impactos permite pensar em alternativas que reduzam os danos dessa relação deletéria. Diante disto, este texto divide-se em quatro seções, sendo concluído pelas considerações finais e referências. A primeira seção, intitulada “Produtivismo e escassez alimentar: uma relação proporcional” discorre sobre as relações entre fome mundial e produtividade da indústria agroalimentar, as mudanças de hábitos alimentares no Brasil e no mundo nas últimas décadas e suas consequências. A segunda, chamada “A degradação ambiental e as consequências ao consumo” apresenta dados e suscita reflexões a respeito do desmatamento, uso deliberado de agroquímicos e transgênicos, emissões de gases do efeito estufa e degradação de biomas naturais em prol da produtividade. A terceira seção, apresentada como “A necropolítica do agronegócio”, discorre sobre como a política associa-se aos interesses do agronegócio e das grandes corporações transnacionais de sementes, agrotóxicos e alimentos através da representação direta no Congresso Nacional, especialmente através da Frente Parlamentar Agropecuária (CASTILHO, 2018), e como a hegemonia na produção e na representação política da agroindústria é parte constituinte da necropolítica (GEFAELL, 2020). Por último, na seção “Sobre a produção: as interfaces da exploração no trabalho rural” são abordados aspectos que influenciam os trabalhadores do agronegócio e a vida das pessoas no campo, uma vez que, através das etapas de produção dos alimentos, famílias são obrigadas a abandonar suas terras, e o rastro de devastação ambiental é guiado unicamente pelo lucro (SILVA, 2017).

PRODUTIVISMO E ESCASSEZ ALIMENTAR: UMA RELAÇÃO PROPORCIONAL

Como a alimentação é, além de um direito universal, uma necessidade básica, o aumento da produtividade no cultivo de alimentos parece justificar-se na urgência da redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional – que chegava a dois bilhões em 2019 (SILVA, 2019). Entretanto, a ampliação da capacidade produtiva mundial de alimentos nas últimas décadas não seguiu o processo lógico de redução do número de pessoas em situação de

desnutrição ou insegurança alimentar em todo o mundo. De maneira oposta e paradoxal, esse aumento da produção de alimentos cresceu de forma diretamente proporcional à quantidade de pessoas sem acesso à alimentação adequada, apesar de haver recursos o suficiente para tal (MEIRELLES, 2004). A indústria agropecuária, baseada majoritariamente na produção através de monoculturas (SILVA, 2019), fundamenta suas ações na justificativa de acabar com o problema da fome mundial. Com o passar dos anos, entretanto, torna-se mais evidente que esta problemática segue sem resolução, enquanto outras tornaram-se preocupantes, como a degradação do meio ambiente, a qualidade do alimento que chega às famílias e as condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores do ramo.

Com a estimativa de crescimento populacional no mundo para mais de 9 bilhões de pessoas até 2050 e com a elevação do padrão de consumo de nações emergentes, “estima-se que será necessário um aumento de pelo menos 100% da produção agropecuária mundial” (SAMBUICHI et al. 2012, p. 8). Essa produção, entretanto, baseia-se majoritariamente no uso de recursos naturais e limitados. Com isso, “o aumento da produção [...] deverá ser feito principalmente a partir do aumento da produtividade, pois dificilmente a área total disponível para cultivo no mundo poderá ser significativamente aumentada” (SAMBUICHI et al., 2012, p. 9). Para que esse ganho de produtividade seja atingido, as corporações agroindustriais têm utilizado tecnologias agressivas e quantidades abundantes de agroquímicos – como fertilizantes e agrotóxicos – na produção (SAMBUICHI et al., 2012).

Para Meirelles (2004, p. 11), a “insegurança alimentar encontra-se associada ao acelerado processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar ocorrido nas últimas décadas”. Ainda, o autor enfatiza que

[...] esse modelo tecnológico, baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na utilização de insumos químicos-sintéticos, na mecanização e no recurso a fontes não-renováveis de energia, tem sido o responsável pela deterioração progressiva na própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas (MEIRELLES, 2004, p. 11).

As mudanças no padrão alimentar mundial surgiram a partir do século XX, sendo baseadas tanto na criação de novos produtos alimentares, como os lanches e *fast foods*, quanto na industrialização da agricultura ocorrida na Europa (WILKINSON, 2018). As empresas do ramo alimentar perceberam que o aumento do consumo de produtos alimentícios não acompanhou o aumento de renda das famílias no período após a segunda guerra e passaram a desenvolver produtos para modificar essa realidade (WILKINSON, 2018). A abertura dos mercados mundiais na década de 1980 reduziu os controles estatais sobre o comércio de *commodities* – produtos primários e com baixo valor agregado, como os grãos –, contribuindo para a expansão das

indústrias agrícolas transnacionais – muitas dessas, inclusive, consolidaram-se no mercado e possuem grande influência até os dias atuais (WILKINSON, 2018).

A negociação de *commodities* tornou-se uma atividade de peso para a economia de países do sul global, especialmente o Brasil (SCHÖNFELD, DILGER, 2018). De fato, o agronegócio possui grande relevância no PIB brasileiro e, atualmente, “três empresas brasileiras são líderes mundiais no setor da carne” (WILKINSON, 2018, p. 11). Apesar disso, ao contrário da imagem disseminada publicamente, os produtos do agronegócio possuem diversos preços intrínsecos, que muitas vezes são sequer contabilizados e, se fossem, evidenciariam a pouca lucratividade deste ramo (BENNIG, 2016). Esses preços podem ser divididos entre o que é pago pelos consumidores, pelos contribuintes e pela natureza. O valor proveniente dos contribuintes deveria ser contabilizado principalmente devido ao grande número de subsídios oferecidos às empresas do ramo, ao contrário do que ocorre com a agricultura familiar – responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos no Brasil (BARTELT, 2016). Já os custos pagos pela natureza são os de mais difícil mensuração, pois são incontáveis os impactos no solo, na água e no ar (BENNIG, 2016).

Com a chegada da pandemia de Covid-19, evidenciou-se no Brasil a política de produção alimentar com foco exclusivo no lucro. A desvalorização da moeda brasileira fez com que as exportações passassem a ser ainda mais atrativas para o setor agropecuário, o que gerou um aumento de 17,3% e fez com que tal setor passasse por uma situação econômica favorável, mesmo em meio à crise gerada pela pandemia (SCHNEIDER et al., 2020). Em contrapartida, o enfoque do agronegócio na exportação foi uma das principais causas do aumento expressivo nos preços dos alimentos no mercado interno, impactando o orçamento das famílias e reduzindo seu poder de compra. Ainda, o contexto de crise atingiu os agricultores familiares de forma totalmente distinta dos grandes produtores do agronegócio, pois estes relataram perda de renda, aumento no preço dos insumos e diminuição de receita – fato que atingiu de maneira ainda mais intensa os produtores mais pobres (SCHNEIDER et al., 2020).

Apesar de a fome ainda ser um problema mundial, não há como negar que o acesso a novos padrões alimentares foi uma realidade de muitas pessoas ao longo das últimas décadas. Martins et al. (2013) mostram comportamentos alimentares bastante diferentes nos domicílios brasileiros entre 1987 e 2009: em relação à quantidade total de calorias consumidas, a ingestão de produtos prontos para consumo subiu de 20,3% para 32,1% – sendo mais expressiva entre a população de menor renda – e a de ultraprocessados foi de 18,7% para 29,6%, enquanto alimentos naturais ou pouco processados tiveram redução no consumo. Alimentos ultraprocessados podem ser definidos como “formulações industriais prontas para consumo e feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos, derivadas de constituintes de alimentos

ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas” (LOUZADA et al., 2015, p. 2).

O aumento no consumo de alimentos prontos e produtos ultraprocessados foi observado em estudos de outros países, como o Taiwan, o México, os Estados Unidos e o Canadá – neste último, a ingestão de ultraprocessados passou de 24,4% do volume calórico total em 1939 para 54,9% em 2001 (MARTINS et al., 2013). Nos países emergentes, a abertura de mercados, o crescimento econômico nacional e a entrada de empresas transnacionais de alimentos foram fatores que influenciaram diretamente a mudança nos padrões alimentares, assim como o aumento no nível de renda das famílias, especialmente as que não tinham condições de acessar produtos prontos. Paralelamente, o resultado dessas mudanças na saúde da população pode ser observado: enquanto 24% dos adultos brasileiros tinham excesso de peso em 1975, essa taxa chegou a 49% em 2009, e o número de pessoas com obesidade triplicou no período (MARTINS et al., 2013). Para Giesta et al. (2019, p. 2388), a “mudança na alimentação da população brasileira é uma das principais causas da atual pandemia de obesidade e de doenças crônicas”, pois a alimentação pouco saudável, associada à falta de atividade física, é um dos principais fatores de risco para essas doenças não transmissíveis (PINHEIRO, 2005). Esses dados demonstram que a qualidade da alimentação é quase tão importante quanto o acesso a ela, e, uma vez que grande parte dos alimentos consumidos em uma família são provenientes de um número pequeno de empresas, somente os dados relativos às mudanças na saúde da população são suficientes para supor que o foco das empresas alimentares não é a nutrição adequada.

A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E AS CONSEQUÊNCIAS AO CONSUMO

Conforme apuração do INPE (2021), de agosto de 2019 a julho de 2020 a Amazônia Legal teve 10851 km² de área desmatada. O valor é 7,13% superior ao período anterior, no qual o desmatamento foi de 10129 km². Apesar da diferença não ser tão expressiva, esses valores estão em uma crescente considerável: no período relativo ao ano de 2017, 6947 km² haviam sido desmatados, e nos anos que se seguiram esses números chegaram a 7536 km² (INPE, 2019b) e 9762 km² (INPE, 2019a), respectivamente. Isso representa um aumento de 56,2% da área desmatada no período de agosto de 2016 a julho de 2020. A principal causa desse desmatamento crescente é a atividade agropecuária, especialmente a conversão de florestas em áreas de pasto e de plantações no formato de monocultura (RIVERO et al., 2009). Conforme Rivero et al. (2009, p. 57), “de 1990 a 2006, o rebanho bovino cresceu a uma taxa de 6,74% ao ano, na região [da Amazônia Legal], enquanto no resto do Brasil o crescimento médio do rebanho foi de 0,57% ao ano”.

No Brasil, estima-se que 172 milhões de hectares de terra são destinados às pastagens de

gado bovino, enquanto 31 milhões destinam-se à plantação de soja (SCHESINGER, 2016). Apesar do desmatamento crescente na Amazônia Legal, a legislação brasileira estabelece que 80% da sua área deve ser preservada, enquanto outros dois importantes biomas, o Cerrado e o Pantanal, possuem área de preservação de 35% e 20%, respectivamente. Em 2016, 42% da área plantada no Brasil e 40% do rebanho bovino estavam no Cerrado, que ocupa 24% do território total brasileiro, ao passo que 10% da soja e 13% do rebanho encontravam-se no Pantanal, que ocupa apenas 2% do território (SCHESINGER, 2016). Conforme mostra o autor, ambos biomas possuem funções ambientais importantes; a exemplo, o Cerrado abriga boa parte das nascentes das bacias hidrográficas brasileiras e o Pantanal regula o regime dos rios, mitiga inundações e secas, recarrega aquíferos, purifica água doce, entre outros (SCHESINGER, 2016). Com menor quantidade de áreas protegidas pela legislação, o Cerrado, cujo território é duas vezes menor que o da Amazônia, teve um desmatamento ainda superior, totalizando 236 mil km² de 2000 a 2015. Diante disso, “estima-se que 52% do Cerrado já tenha sido degradado ou sofrido perda irreversível” (BASSI, 2018, p. 15).

Além dos prejuízos à biodiversidade e às funções naturais dos biomas, o desmatamento é, por si só, o principal responsável pela emissão de gases do efeito estufa no Brasil, correspondendo a dois quintos das emissões brutas. A produção agropecuária gera um quarto das emissões nacionais, na qual soma-se a agricultura, onde “essas emissões diretas são geradas principalmente pelo uso de fertilizantes e mineralização do nitrogênio no solo, pelo cultivo do arroz irrigado em várzeas, pela queima da cana-de-açúcar e pela queima de combustíveis fósseis utilizados no maquinário agrícola”, além da pecuária, cuja liberação de metano “resultante do processo digestivo do gado de corte”, possui um impacto expressivo (SAMBUICHI et al., 2012, p. 15). Essas emissões de gases causadas pela agropecuária possuem um impacto ambiental relevante, “podendo levar à maior desertificação em regiões semiáridas, aumento do período de secas em regiões de maior pluviosidade, como na Amazônia, e aumento de frequência e intensidade de eventos extremos de seca, chuva e ventos fortes em diversas regiões” (SAMBUICHI et al., 2012, p. 15).

Apesar do uso intensivo de agroquímicos ser justificado pelas corporações como uma forma de ganhar produtividade, dados recentes mostram que a relação entre ambos não ocorre de forma proporcional. Entre 2006 e 2017 a área plantada no Brasil aumentou 26%, enquanto as vendas de agrotóxicos tiveram um aumento de 165,46% (indo de 204,1 mil toneladas para 541,8 mil) (VALADARES et al., 2020). O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (FERNANDES, 2018), e o registro de novos agrotóxicos aumentou de forma significativa a partir de 2016. De 2005 a 2015 a média anual de novos registros era de 140,5; em 2017 esse número subiu para 277 e em todos os anos seguintes passou de 400 (VALADARES et al., 2020). Tais

números vêm batendo recordes anualmente em relação às quantidades monitoradas desde 2000.

Os impactos ambientais do uso desenfreado desses produtos são amplamente documentados. Nesse sentido, os principais problemas relacionados a eles são “a contaminação dos solos, do ar e dos corpos hídricos nos locais onde o defensivo é aplicado”, uma vez que “estima-se que 30% do total de agrotóxicos fique na planta, sendo que o restante irá causar contaminação no ambiente” (SAMBUICHI et al., 2012, p. 12). Os impactos ambientais do uso excessivo de fertilizantes não são menos relevantes, dado que há a possibilidade de danos ao solo, aos rios, lagos e aquíferos e à camada de ozônio. O consumo desses produtos no Brasil aumentou 2745% de 1961 até 2002, indo de 270 mil toneladas para 7682 mil (SAMBUICHI et al., 2012). Os danos à saúde humana também são expressivos, uma vez que tais produtos ameaçam a saúde dos agricultores e dos consumidores, e anualmente milhares de casos de intoxicação e diversos óbitos são documentados pelo Sistema Único de Saúde (SAMBUICHI et al., 2012). Alguns efeitos comuns da intoxicação por agrotóxicos são “irritação da pele e dos olhos, coceira, vômitos, diarreias, dificuldades respiratórias, convulsões e morte”, e as intoxicações crônicas, decorrentes da baixa exposição por um longo período, podem causar “infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer” (FERNANDES, 2018, p. 22).

Por trás da expansão crescente e expressiva no uso de agroquímicos estão algumas corporações que possuem papel e influência centrais na produção alimentar mundial. No mundo, três conglomerados dominam mais de 60% do mercado de sementes e agrotóxicos, e apenas uma empresa possui “um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos” (MOLDENHAUER, HIRTZ, 2018, p. 20). Os mercados agrícolas são vistos por essas empresas como um grande potencial de negócio, fato que fica evidente diante do faturamento projetado para 2025: 120 bilhões de dólares (MOLDENHAUER, HIRTZ, 2018). O alto lucro obtido por empresas deste setor, os números significativos de negociações e a velocidade da expansão do uso dos produtos agroquímicos coloca as principais corporações do ramo em uma posição mundial estratégica e determinante. Para Moldenhauer e Hirtz (2010, p. 21), “quem assegurar o domínio sobre os agrotóxicos e o material genético por meio de patentes controlará o setor de sementes e influenciará a agricultura, a produção de alimentos e, acima de tudo, a segurança e soberania alimentar mundial”.

Essas sementes de grande influência nas atividades comerciais das corporações agroindustriais são, em grande parte, organismos geneticamente modificados, conhecidos como transgênicos. Os alimentos transgênicos foram criados com a finalidade de acelerar a produção e serem mais resistentes a pragas naturais e herbicidas. De acordo com Gomes e Finhani (2017, p. 87), “todo organismo que, através de técnicas de engenharia genética adquire materiais genéticos

de outros organismos é denominado transgênico”. No Brasil, o cultivo de sementes transgênicas teve início em 1996, e em 2013 este já era o segundo país do mundo “com maior área cultivada com sementes transgênicas, sendo superado apenas pelos Estados Unidos” (GOMES, FRINHANHI, 2017, p. 88).

Os transgênicos são comumente definidos como uma alternativa para a redução no uso de agrotóxicos, mas o que ocorre na prática é o contrário. A popularização de sementes geneticamente modificadas fez com que os limites máximos de resíduos de agrotóxicos permitidos em culturas agrícolas fossem alterados, aumentando consideravelmente. Isso é o caso do milho, cujo limite foi acrescido em dez vezes, e da soja, onde o valor foi aumentado em 50 vezes (FERNANDES, 2018). Apesar da alta disseminação do uso de sementes transgênicas no Brasil, nunca foram feitos testes de médio e longo prazo com o consumo desses alimentos para a avaliação de efeitos adversos sobre a saúde humana e para o meio ambiente, assim como não ocorreram testes de segurança ambiental (GOMES, FRINHANHI, 2017). Diante das incertezas em relação às possíveis consequências da produção e consumo desses alimentos, o fator que se sobressai é o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações, cujos efeitos ao meio ambiente e à saúde humana são comprovadamente nefastos.

A NECROPOLÍTICA DO AGRONEGÓCIO

Mas, não é suficiente deixá-los morrer sem acesso a comida, teto e cuidados de saúde? Por que se desenvolvem políticas e maneiras de governar que aceleram sua morte, que garantem que estejam no limite da vida com o ‘privilegio’ de sobreviver? Porque são uma ameaça (GEFAELL, 2020, p. 16).

A relação entre agronegócio e política, no Brasil, é institucionalizada e possui forte representação pela Frente Parlamentar Agropecuária, conhecida como bancada ruralista. Essa frente foi formalizada no ano de 2008 e o seu principal objetivo é defender os interesses do agronegócio, através de pautas distintas (CASTILHO, 2018). Alguns desses interesses são relacionados à negociação de dívidas de produtores rurais, regulamentação de transportes, logística do setor rural, criação ou modificação de regras de trabalho rural, autorização e regulamentação de agroquímicos, acesso a crédito e financiamentos, entre outros (SIMIONATTO, COSTA, 2012). Um dos conflitos mais importantes protagonizado pela bancada ruralista diz respeito ao direito a terras, de modo que essa frente tenta, constantemente, criminalizar movimentos sociais do campo e “enfraquecer a defesa, pelo Estado, dos territórios indígenas, quilombolas e das Unidades de Conservação” (CASTILHO, 2018, p. 41). A Frente Parlamentar Agropecuária é uma das maiores frentes a nível federal e muitos dos seus parlamentares possuem envolvimento direto com o agronegócio. Com alto poder de negociação,

a bancada ruralista utiliza a estratégia de representação partilhada, que consiste na representação de pautas de interesse da classe dominante quando não estão sendo discutidas pautas centrais do agronegócio (SIMIONATTO, COSTA, 2012). Conforme as autoras, há, também, uma tradicional influência dos ruralistas no Ministério da Agricultura, que ocorre pela infiltração nos partidos políticos (SIMIONATTO, COSTA, 2012, p. 225).

Outro fato que relaciona os interesses do agronegócio com a política é a influência que as grandes multinacionais de alimentos, sementes e agrotóxicos possuem nos políticos e na legislação. Somente entre 2017 e 2018, por exemplo, o alto escalão no Ministério da Agricultura realizou oito reuniões com representantes de uma grande empresa de sementes e catorze reuniões com representantes de três diferentes empresas de produtos agroquímicos (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018). O nome dessas empresas costuma estar presente entre os principais produtores de novas variedades genéticas de sementes e de novos agrotóxicos aprovados, assim como daqueles já utilizados em grandes quantidades no país. Ainda, antes de entrar em vigor a proibição do financiamento de campanhas eleitorais por parte de empresas, as gigantes do ramo alimentar e da agropecuária faziam doações de valores significativos para candidatos de diversos partidos – como o caso de 2014, onde 500 milhões de reais foram doados aos membros do congresso por empresas do ramo (JACOBS, RICHTER, 2017).

Gefaell (2020) desenrola sobre a necropolítica como a própria arma de exterminar excluídos ao explicar que a precariedade de suas vidas, causada pela política neoliberal, é uma ameaça para os interesses do capital, já que a empatia em perceber esses corpos não rentáveis e vulneráveis poderia gerar uma revolta. Para a autora, urge a necessidade de deixar claro que todos são vulneráveis e excluídos. A necropolítica no meio rural pode se apresentar através da contaminação dos alimentos e das diferentes maneiras que a indústria agropecuária, protegida pelo Estado, expulsa a população da terra em que sempre residiram.

As mudanças editadas no Decreto de 2019 pelo governo Bolsonaro transferiram da FUNAI (Fundação Nacional dos Índios) ao Ministério da Agricultura o direito de demarcar e proteger as terras indígenas. Essa medida levou ao ataque, desmonte e pilhagem de territórios de povos quilombolas, tradicionais e indígenas (MONDARDO, 2019). A expansão do corporativismo do agronegócio recebe incentivos governamentais que isentam os impostos e linhas de crédito para a utilização de agrotóxicos no campo. O objetivo maior, de gerar lucro, que o mercado exerce através do uso abusivo de agrotóxicos, transgênicos e ultra processamento é enfatizado no projeto neoliberal de desenvolvimento, que leva todos os consumidores a uma situação de insegurança alimentar. Essa situação pode ser lida como necropolítica no momento em que, além da negligência, é um instrumento de controle (SEIXAS; XAVIER, 2020). Assim, além da população local ser prejudicada na questão territorial e na contaminação de alimentos,

toda a população consumidora desses produtos faz parte desse projeto.

A hegemonia do modo de produção sustentado em agrotóxicos, fertilizantes químicos e transgênicos é “reflexo da condução da política do Estado brasileiro, pautada pelo neoliberalismo econômico e fundamentada na espoliação de direitos e na radicalização conservadora baseada no rentismo de curto prazo” (GURGEL; GUEDES; FRIEDRICH; 2021, p. 136). Mbembe (2018) trouxe o conceito de necropolítica e a análise sobre a banalização da violência contra as minorias, que pode ser vista avançando nas denúncias da crise humanitária presente nos territórios dos povos Guarani e Kaiowá, levando o Mato Grosso do Sul a liderar o ranking dos estados mais violentos contra os indígenas no país (MONDARDO, 2019). Percebe-se, assim, que a lógica neoliberal age não somente pela exploração, mas pela eliminação de minorias, atuando com o consenso e com o incentivo do Estado, que supre, cada vez mais, os direitos da população.

SOBRE A PRODUÇÃO: AS INTERFACES DA EXPLORAÇÃO NO TRABALHO RURAL

Com a aprovação da reforma trabalhista em 2017 as relações de emprego passaram a sofrer um processo de desregulamentação, “que reduziu a proteção aos trabalhadores e aumentou sua vulnerabilidade às formas contemporâneas de escravidão” (SAKAMOTO, 2018, p. 42). Essa reforma incluiu mudanças nas garantias de saúde e segurança dos trabalhadores, de modo que as condições degradantes de trabalho foram facilitadas. Neste mesmo ano, ocorreu uma pressão no Congresso Nacional para que o conceito de trabalho escravo se tornasse mais abstrato, e o então presidente Michel Temer publicou uma portaria que limitava o resgate de trabalhadores em condições de trabalho escravo ao cárcere privado, ou seja, somente os trabalhadores com a liberdade cerceada e vigiados de forma armada poderiam ser resgatados (SAKAMOTO, 2018). Essa contextualização da realidade trabalhista é relevante diante do tema agronegócio por ser esse um dos principais setores em números de casos documentados de trabalho análogo à escravidão. De 1995 a 2017 a pecuária foi o setor com maior número de flagrantes de trabalho escravo – ao todo, foram 1887 casos, número mais que cinco vezes maior que o segundo lugar da lista de atividades econômicas, e correspondente a 53% do total, mesmo diante de 11 outras atividades (SAKAMOTO, 2018).

Mesmo sendo o setor com maior número de registros de trabalhadores em condições degradantes e proibidas por lei, esse não é o único problema relacionado ao trabalho do agronegócio. Na agricultura, onde a monocultura é o modo de cultivo preponderante, os trabalhadores estão constante e crescentemente expostos a substâncias químicas prejudiciais à saúde. De todos os casos de intoxicação registrados de 2007 a 2017, 42% foram decorrentes de exposição ocupacional, e de 2007 a 2016 estima-se que 48% dos casos sejam relacionados ao

trabalho (VALADARES et al., 2020). O aumento do uso de agrotóxicos com o passar dos anos tende a agravar e ampliar ainda mais os casos de intoxicação. Os trabalhadores rurais da agricultura familiar são os mais vulneráveis aos problemas causados pelo uso crescente de agrotóxicos, mas a contaminação causada por pulverizações aéreas de larga escala já é a propulsora de diversos casos de “intoxicação aguda em escolas e comunidades rurais” (VALADARES et al., 2020, p. 14). Na pecuária, apesar de os problemas serem outros, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores não são muito diferentes:

Baixos salários e condições de trabalho vergonhosas são a regra. Trata-se de um serviço monótono, que exige muita rapidez e expõe a riscos, como acidentes com máquinas e produtos químicos, danos causados à coluna e aos membros. Outros fatores incluem: exposição ao frio ou ao calor, ruídos constantes, riscos de contrair doenças infecciosas e turnos noturnos ou de madrugada, dependendo do tipo de função. Além disso, a manipulação e o abate de animais são altamente estressantes. Muitos desses trabalhadores declaram que é preciso ser particularmente “duro” para executar esse tipo de serviço (SEBASTIÁN, 2016, p. 26).

Marx afirma que a crescente exploração dos trabalhadores ocasiona o aumento de capital, onde é previsto o aumento da população, o aumento do desemprego e da produção de precariedade (HARVEY, 2020). Harvey (2020) salienta que o capitalismo cresce com o apoio do Estado em diferentes localizações e que o trabalhador pode até ter a liberdade de negociar sua força de trabalho, mas só se torna independente no momento que toma os meios de produção. A desapropriação dos produtores rurais, que vendem suas terras frente às adversidades, reside na lógica de poder capitalista. Por outro lado,

[...] a teoria liberal considera que a propriedade privada surge quando indivíduos misturam o seu trabalho com a terra e afirmam o seu direito incontestável do produto do seu próprio trabalho. Mas os trabalhadores empregados pelo capital não têm direito ao produto do seu próprio trabalho. Esse produto pertence ao capital. E os trabalhadores também não têm o direito de controlar o processo de trabalho, porque o processo de trabalho é concebido pelo capital (HARVEY, 2020, p. 51).

Além de estarem expostos aos riscos inerentes das atividades agropecuárias e serem, muitas vezes, reféns do uso de agrotóxicos e de grandes corporações utilizando sementes transgênicas, os trabalhadores e pequenos produtores da agricultura familiar sofrem uma pressão constante causada por diferentes dinâmicas que levam à gentrificação. No momento em que Mera (2016, p. 448) afirma que “os movimentos migratórios estão relacionados com a própria existência do homem e a procura por melhores condições de vida”, ela está, de certa maneira, sintetizando uma das perspectivas do processo de gentrificação. A gentrificação não precisa ser necessariamente urbana, decorrente da valorização de territórios através de especulação imobiliária. Ela pode ser identificada no momento em que se gera uma concorrência tão grande e

desleal que obriga o pequeno produtor rural a vender seu terreno e procurar outra maneira de sobreviver.

A agricultura familiar, onde a família é proprietária dos meios de produção e responsável pelo trabalho na propriedade (WANDERLEY, 2009), sofre com a concorrência e a dificuldade de elevar o pagamento da mão de obra para acima da linha de pobreza no nordeste brasileiro (HELFAND, 2014). A falta de acesso à tecnologia, informação e rede sociotécnica e cooperativa são fatores determinantes para a impossibilidade de aumentar a renda dentro desses empreendimentos (BITTENCOURT, 2020). Assim, as pressões econômicas colocam o pequeno agricultor como alvo fácil para que grandes proprietários os forcem a vender suas terras (SILVA, 2017), somando-se à pressão demográfica e à falta de acesso à infraestrutura básica para sua sobrevivência na região.

Em pesquisa realizada sobre as desapropriações na construção da ferrovia transnordestina para exploração territorial pelo agronegócio e extrativismo mineral, constatou-se que o licenciamento ambiental e traçado ferroviário para fins de desapropriação foram construídos de maneira desconexa. Tal estudo indica que isso foi feito sem “se preocupar com quem e como estaria sendo desapropriado, nem pensar as desapropriações em harmonia com as ações de compensação socioambiental” (PEREIRA, 2020, p. 3). Ainda, afirma-se que: “o convênio com os órgãos estaduais e a judicialização compulsória é parte de uma estratégia de exercício de pura soberania para viabilizar política e economicamente o empreendimento, disfarçado de formalismo jurídico-administrativo” (PEREIRA, 2020, p. 3). Com isso, observa-se que o processo de gentrificação rural assume diferentes faces dentro da lógica neoliberal, sendo mais um aspecto da exploração da qual o trabalhador é submetido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação alimentar brasileira em um contexto de crise – como o causado recentemente pela pandemia de Covid-19 –, evidencia a lógica de dominação do agronegócio em relação à produção e ao consumo alimentação. Enquanto a crise econômica impulsionada pela pandemia tomava forma, deixando ainda mais pessoas sem emprego e prejudicando de forma intensa os pequenos produtores, as grandes empresas do agronegócio aumentaram as exportações, aproveitando a desvalorização da moeda nacional para potencializar os lucros. O resultado disso pôde ser observado no aumento expressivo dos preços dos alimentos, fator que diminuiu o poder de compra das famílias e colaborou com o aumento da insegurança alimentar. As dificuldades enfrentadas pela população em relação à alimentação exemplificam o que ocorre quando o principal interesse das corporações agroindustriais é o lucro – ao contrário da ideia de

prosperidade e resolução do problema da fome que é vendida por essas empresas como justificativa para os danos causados por suas atividades.

À medida que a população mundial aumenta e a economia torna-se mais globalizada – com abertura de comércios nacionais e facilitação de importações – as corporações transnacionais ganham força e conseguem se instalar em todo o mundo. Há uma intencionalidade por parte das corporações, portanto, de alocar-se nos lugares que proporcionam maior lucratividade e exploração de diferentes recursos naturais e de trabalho humano precarizado, especialmente nos países cujas legislações ambiental e trabalhista são mais flexíveis. Com isso, essas corporações possuem, cada vez mais, influência sobre a política local, a legislação e a alimentação da população. É por conta desta influência que poucas empresas são responsáveis por grande parte da alimentação nacional e que produtos potencialmente prejudiciais à saúde humana são comercializados, utilizados e popularizados, como é o caso dos alimentos ultraprocessados, dos agrotóxicos e das sementes transgênicas.

A dinâmica neoliberal aliada ao apoio estatal, por meio de incentivos fiscais e negligências, contribui para a prática necropolítica que vitimiza a parcela mais vulnerável da população. Ademais, urge que toda e qualquer pessoa, tenha consciência de que também está sendo refém de produtos ultraprocessados que trazem incontáveis malefícios à saúde. É fundamental que se dissemine a informação sobre os povoados e famílias que estão sendo obrigados a abandonar sua terra para dar espaço para uma indústria que busca exclusivamente a extração de valor material.

Esse estudo evidenciou o potencial destrutivo das corporações agroindustriais ao meio ambiente, à saúde humana, aos trabalhadores, às minorias – como os indígenas e quilombolas –, à distribuição de terras, aos biomas brasileiros, entre outros. Isso ocorre não apenas pelas condições em que as atividades dessas empresas são desenvolvidas, mas pela proporção que elas tomaram mundialmente através de fusões e exploração constante de novos mercados. Desta forma, é necessário pensar em alternativas a essa complexa realidade, especialmente tomando como premissa uma completa transformação do modelo econômico atual. No cenário neoliberal hegemônico, em que o lucro assume o protagonismo, ignorando quaisquer custos humanos e ambientais, não há espaço para modos sustentáveis, saudáveis ou decentes de se produzir.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine de. Reflexões sobre riscos e o papel da ciência na construção do conceito de alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, p. 717-723. Nov/dez 2008.

BARTELT, Dawid. Introdução. In: SANTOS, Maureen (Org.). **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. 68 p.

BARTZ, Dietmar. “Fabricantes: marcas dominando mercados”. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

BASSI, Bruno Stankevicius. Latifúndio: quem são os donos da terra no Brasil? In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

BENNIG, Reinhild. O custo oculto da carne e das salsichas. In: SANTOS, Maureen (Org.). **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. 68 p.

BITTENCOURT, DM de C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2020.

CASTILHO, Alceu Luís. “Brasil: o agro é lobby: a bancada ruralista no congresso”. In: SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

DE MERA, Claudia Maria Prudêncio. O desenvolvimento agrícola e o processo migratório no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 445-462, 2016.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. “Agrotóxicos no Brasil: o pop do agro”. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

GEFAELL, Clara Valverde. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical: violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización**. Icaria, 2020.

GOMES, Carolina Ventura; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias. Alimentação saudável como direito humano à saúde: uma análise das normas regulamentadoras da produção de

alimentos orgânicos. **Leopoldianum**, v. 43, n. 121, p. 73 -95, 2017.

GURGEL, Aline Monte; GUEDES, Clenio Azevedo; FRIEDRICH, Karen. Flexibilização da regulação de agrotóxicos enquanto oportunidade para a (neco) política brasileira: avanços do agronegócio e retrocessos para a saúde e o ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2021.

HARVEY, David. **The anti-capitalist chronicles**. London: Pluto Press, 2020.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; BRESNYAN JUNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 279-311.

INPE (Brasil). A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9762 km². **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 18 de novembro de 2019. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294> Acesso em: 20 jul. 2021.

INPE (Brasil). A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10851 km². **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 21 de maio de 2021. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811> Acesso em: 20 jul. 2021.

INPE (Brasil). INPE consolida 7536 km² de desmatamento na Amazônia em 2018. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 25 de junho de 2019. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138> Acesso em: 20 jul. 2021.

JACOBS, Andrews; RICHTER, Matt. Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food. **The New York Times**, 16 setembro 2017. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>> Acesso em: 18 mai. 2020.

LOUZADA, Maria Laura da Costa; MARTINS, Ana Paula Bortoletto; CANELLA, Daniela Silva ; BARALDI, Larissa Galastri ; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; MOUBARAC, Jean-Claude; CANNON, Geoffrey; MONTEIRO, Carlos Augusto. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.49, n. 38, p. 1-11, 2015

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos Augusto. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 655-665. 2013.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, v. 1, n. 0, p. 11-14. 2004.

MOLDENHAUER, Heike; HIRTZ, Saskia. Sementes e agrotóxicos: de sete para quatro - hegemonizando o mercado. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

MONDARDO, Marcos. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 155, 2019.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 70, p. 125-139, maio/ago 2005.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan./abril 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Condições de trabalho: de vitrine a vidraça. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Ana Paula. Moreira da; LUEDEMANN, Gustavo. A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. **Instituto Brasileiro de Economia Aplicada**, Brasília, texto para discussão nº 1782, out. 2012.

SCHENEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 167-188. 2020.

SCHESINGER, Sérgio. Amazônia, cerrado e pantanal em risco. In: SANTOS, Maureen (Org.). **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. 68 p.

SCHÖNFELD, Annette von; DILGER, Gerhard. Introdução: muito além da propaganda. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

SEIXAS, Brenda; XAVIER, Jair. A fome “oculta” do capital: a precarização do trabalho e do alimento mercadoria face à necropolítica. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias**, 2020.

SILVA, Luiza Godinho. **Mercado da fome: Um estudo sobre o sistema alimentar global**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2020.

SILVA, Renato Cruz, **Agricultura Familiar nos EUA: concentrada, rica, mas também vulnerável**. Embrapa, Brasília, 14 setembro 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27400490/agricultura-familiar-nos-eua-concentrada-rica-mas-tambem-vulneravel/>> Acesso em 15 jan. 2021.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues da. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012

VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo. Nota Técnica nº 65 (Disoc): O crescimento do uso dos agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017. **Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada**. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2009.

WILKINSON, John. História: Supersize Me. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.).
Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.
Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.